



S U M Á R I O

- 2** | *O gás boliviano, o Mercosul e a liderança brasileira na América do Sul. Um sonho desfeito?*

João Fábio Bertonha

- 6** | *O debate constitucional e democrático na União Européia no contexto do alargamento do bloco europeu*

Carlos Ribeiro Santana

- 8** | *Saída Diplomática na Bolívia*

Emerson Maione de Souza

- 10** | *O Julgamento de Saddam Hussein e o Futuro da Democracia Iraquiana*

Seme Taleb Fares

- 13** | *Espanha: pausa para negociar a paz?*

Virgílio Arraes

O gás boliviano, o Mercosul e a liderança brasileira na América do Sul. Um sonho desfeito?

João Fábio Bertonha*

Depois dos ataques do crime organizado à polícia e às autoridades do Estado de São Paulo, os temas do gás boliviano, da nacionalização dos bens da Petrobrás no país vizinho e as demonstrações de desunião do Mercosul na reunião de Viena sumiram da mídia nacional. Por motivos óbvios, os refletores se deslocaram de Chavez, Morales e da Petrobrás para Marcola, PCC e rebeliões.

No entanto, mesmo com essa, explicável, mudança de foco da mídia, os assuntos acima indicados continuam a me preocupar. Para muitas pessoas, a impressão dominante é a de que o sonho de união entre os sul-americanos se desfez de uma vez, que o Mercosul não é mais um moribundo, mas um cadáver, e que quaisquer esperanças brasileiras de unir o continente sob a sua liderança deveriam ser abandonadas. Verificar se tal impressão pode ser considerada verdadeira e ponderar algumas alternativas é o objetivo desse artigo.

A crise do gás boliviano foi o acontecimento, entre os citados, que mais chamou a atenção da mídia. Realmente, a imagem de tropas bolivianas ocupando as refinarias, campos de petróleo e outros bens da Petrobrás causou imenso impacto no Brasil e as reações dominantes oscilaram entre uma espécie de solidariedade aos bolivianos e um nacionalismo quase que exacerbado.

Para o primeiro grupo, minoritário e baseado mais a esquerda do espectro político, os bolivianos não fizeram nada mais do que o correto. Para ele, o governo de La Paz teria se limitado a dar, através da nacionalização, um golpe de morte no imperialismo. Se a nacionalização tivesse sido dirigida apenas a

multinacionais norte-americanas e européias, o aplauso, a meu ver, teria sido total. O que atrapalhou a festa, claro, é o fato da Petrobrás ser uma empresa estatal e brasileira. Ficar do “outro lado” nem sempre é fácil.

Já para alguns setores da sociedade brasileira, a nacionalização do gás boliviano não apenas representou um problema para a economia e para os consumidores nacionais, como quase que um insulto ao Brasil e aos brasileiros. A partir daí, pediu-se insistentemente uma resposta firme por parte do Brasília. Não se chegou a defender a invasão do território boliviano por tropas brasileiras e a ocupação dos campos de gás pelos fuzileiros e pára-quedistas, mas se chegou perto, o que indica, aliás, como os apelos imperialistas são fortes nas sociedades contemporâneas, mesmo numa tradicionalmente pacífica em suas relações internacionais, como a brasileira.

Em ambos os casos, estão mais do que presentes questões de política interna. Para grupos e intelectuais mais à esquerda, apoiar a ação boliviana é resgatar alguns sonhos da própria esquerda nacional e exorcizar a caminhada para o centro do governo Lula. Já o coro defendendo ações mais firmes por parte do Itamaraty e as críticas à política externa petista estão claramente relacionadas com as eleições presidenciais que se avizinham. Afinal, acusar Lula de timidez frente à defesa dos interesses nacionais tem um enorme impacto político e não espanta, assim, que seus opositores tenham enfatizado tanto esse ponto.

Na verdade, quando levamos em conta o uso dos fatos para consumo político e examinamos a questão com mais cuidado, podemos verificar como

* Professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM (fabiobertonha@hotmail.com).

o acontecido nas últimas semanas não foi nem espantoso nem inesperado.

A Bolívia é uma sociedade extremamente pobre, mesmo para os padrões latino-americanos, e acostumada a ver seus recursos naturais (prata, estanho e, hoje, gás e petróleo) serem expropriados por estrangeiros sem que nenhum benefício real dessa exploração chegue às grandes massas pobres, especialmente as indígenas. Evo Morales, eleito a partir do apoio dessa população carente, precisava criar um fato político capaz de alavancar a sua popularidade e, ao mesmo tempo, gerar recursos financeiros para cumprir suas promessas de campanha. A nacionalização dos recursos naturais do país entra nesse contexto.

Assim, nacionalizar os hidrocarbonetos é uma jogada que pode até ser prejudicial ao progresso boliviano no futuro (ao afastar investidores e causar desconfiança entre os consumidores externos, especialmente os brasileiros), mas, para os interesses de curto prazo do atual governo boliviano, era o mais lógico a ser feito. Assim, não parece que Morales esteja participando de alguma cruzada antibrasileira, ofendendo a honra nacional, mas apenas defendendo os seus interesses.

Aliás, justamente por essa ação de Morales visar, ao que tudo indica, aumentos no preço do gás e uma vitória nas próximas eleições, é que não acredito numa conspiração entre Chavez e Morales contra o Brasil ou o corte do abastecimento do gás para o país. Haverá, no máximo, negociações e aumento substancial do preço do gás, o que era a intenção, me parece, desde o início.

Em resumo, minha avaliação é que a questão da nacionalização do gás boliviano envolveu, do lado de Morales, essencialmente a necessidade do governo de La Paz de mais dinheiro em seus cofres e de usar o nacionalismo para seus fins políticos internos, e não a formação de um eixo antibrasileiro entre Caracas e La Paz. O que complicou muito as coisas, na verdade, foi o tom agressivo de algumas declarações de Morales e o jeito com que as coisas foram feitas.

Afinal, tudo o que Morales queria poderia ter sido obtido na mesa de negociação e até a quebra dos contratos poderia ter sido feita sem tanto alarde. Também é possível até concordar que, talvez, o preço do gás estava baixo demais e que o Brasil deveria pagar mais pelo mesmo, até para ajudar um país irmão. Tudo isso é passível de discussão. O que incomodou bastante foi o seu lado teatral, com tropas invadindo as refinarias da Petrobrás, insultos antibrasileiros e contra a empresa, menções a antiga questão do Acre, o tratamento dos fazendeiros brasileiros instalados na fronteira, etc. Enfim, podemos compreender a ação de Morales, mas não aprova-la integralmente.

O governo Lula também agiu da maneira mais ou menos correta, lidando com desdobramentos inesperados de uma opção pelo gás boliviano que não foi feita por seu governo. Já que uma solução de força seria impraticável e não desejável, a única reação possível era aceitar o fato consumado e iniciar negociações para salvar o possível.

No entanto, há alguma validade na colocação de que o Itamaraty agiu de forma excessivamente complacente no início, pois, se negociações eram e são o único caminho, não parece correto inicia-las numa posição de subserviência, de plena aceitação de tudo. Além disso, alguns termos e colocações do governo boliviano assumiram uma conotação antibrasileira e mereceriam resposta imediata. Apenas depois, pressionado pela opinião pública, é que o governo reagiu, mas com atraso.

Em outras palavras, a resposta do governo Lula à questão foi essencialmente correta, mas talvez um pouco mais de decisão e pressão, desde o início, tivesse sido mais adequada. Num primeiro momento, a Petrobrás parece ter ficado sem nenhum apoio governamental para reagir ao fato consumado e, como já indicado, hesitação e plena aceitação de tudo não são boas maneiras de iniciar qualquer negociação.

Talvez o mesmo possa ser dito da questão do Mercosul. Se este já apresentava fissuras e problemas nos últimos anos, isso só vem crescendo recentemente. O Uruguai já ameaça deixar o bloco e

está quase em pé de guerra com a Argentina por causa das “papeleras” na fronteira. O Paraguai mostra o seu descontentamento e a Argentina, como sempre, está mais preocupada em se proteger seu fluxo comercial com o Brasil através de barreiras e mais barreiras (totalmente inconsistentes com o próprio espírito de um bloco econômico) do que em aprofundar a associação.

Também fora do Mercosul a “união” sul-americana parece cada vez mais um mito. Chavez, com seus petrodólares, se firma, ainda que haja muita mitologia a respeito, como uma liderança alternativa na região, enquanto a Colômbia gravita para uma relação cada vez mais próxima com os Estados Unidos. Há até sinais de uma corrida armamentista entre Chile, Peru e Venezuela, enquanto o México e a América Central já estão praticamente incorporados no espaço norte-americano. Enfim, união, somente no papel.

O Brasil e sua política externa não podem ser responsabilizados por tudo isso. O sonho de unir os sul-americanos tem falhado por vários motivos, mas, acima de tudo, pela falta de sucesso do continente (e, especialmente, do Brasil) em promover o crescimento econômico e social. Afinal, em casa em que falta o pão, para recordar o velho ditado, as brigas são mais frequentes.

No entanto, enquanto maior e mais poderoso país do continente, cabe sim ao Brasil alguma responsabilidade pelo fracasso do projeto do Mercosul. Todo e qualquer projeto de união sul-americana – essencial para o progresso da região, sua integração competitiva no mercado globalizado e a sua projeção internacional – só pode se dar ao redor do Brasil e, portanto, só a liderança brasileira pode conduzir esse projeto ao sucesso. Agindo com esse ideal em mente, os últimos governos brasileiros optaram por tentar ampliar a integração comercial e energética do país com o resto do continente, o que é correto, pois uma união cimentada por vínculos econômicos e comerciais é muito mais consistente do que uma movida a discursos.

O Brasil, no entanto, parece hesitar na hora de fazer valer a sua força e a sua influência para acelerar e manter o processo. Em vários momentos, nos últimos anos, o governo brasileiro procurou convencer, pelo discurso, que o Brasil é o líder natural do continente e que nossos vizinhos, irmãos, estariam felizes com isto. Também procurou ressaltar como não somos imperialistas e que queremos liderar com a concordância dos nossos vizinhos, e não os dominando.

É perfeitamente correta essa posição brasileira de não querer impor nossa hegemonia a força no continente (o que, dada a histórica desconfiança dos hispano-americanos frente aos brasileiros, produziria provavelmente resultados opostos) e de ceder quando possível frente às demandas de nossos vizinhos mais pobres ou simplesmente descontentes. Mas essa ansiedade por demonstrar a boa vontade pode ser identificada como fator de fraqueza e nenhuma liderança se sustenta assim.

Ressalte-se como estou consciente que as decisões de Estado envolvem desdobramentos e considerações muito mais complexas do que as que um analista como eu pode levar em conta. Também não estou sugerindo, claro, a formação de um “Império brasileiro” na América do Sul e acredito que os cuidados para convencer nossos vizinhos menores que não queremos ser patrões, mas sócios, é correta. Afinal, a força econômica e política brasileira, se pequena para os padrões mundiais, é descomunal para os padrões bolivianos, paraguaios mesmo argentinos e nos convém ser comedidos no trato com os parceiros.

Mas ser comedido não pode significar fraqueza. Não estou sugerindo bombardear Montevidéu para impedir o Uruguai de deixar o Mercosul, conquistar o gás boliviano com colunas blindadas ou bloquear o porto de Buenos Aires para colocar novamente a Argentina dentro do projeto Mercosul. Mas uma posição mais firme (ainda que a definição de “firmeza”, claro, possa ser complicada) pode ser necessária em certos momentos, até para fazer o projeto de integração avançar. Não no sentido militar

ou de ficar retaliando em termos comerciais a cada minuto, mas no de demonstração clara de que temos um projeto para a região, com etapas e calendário definidos, e que queremos que todos participem, livremente. Os que não o quiserem, têm esse direito, mas deve ficar claro que, ao fazê-lo, também pagarão um preço em termos comerciais ou de relacionamento econômico.

O risco realmente é enorme, e entendo a hesitação do Itamaraty. Realmente, e se a Argentina ou o Uruguai, ameaçados de retaliação comercial brasileira, abandonam de vez o Mercosul? E se o

governo de Evo Morales, colocado contra a parede por alguma ação brasileira, radicaliza, corta o fornecimento do gás para São Paulo e se afasta completamente do espaço econômico brasileiro? Não seria pior? Será que Washington não espera apenas isso para reunir todos os países hispano-americanos na Alça, isolando o Brasil? É um risco. Mas, talvez, o exercício efetivo, dentro de certos limites, da liderança ou da hegemonia seja mais eficiente para fazer o projeto de integração sul-americana caminhar, com benefícios para todos, do que uma boa vontade eterna para com todos.



O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

O debate constitucional e democrático na União Européia no contexto do alargamento do bloco europeu

Carlos Ribeiro Santana*

As instituições da União Européia foram muito além daquilo que os fundadores do Tratado de Roma previam. Atualmente, a integração europeia pode ser analisada a partir de diferentes pontos de vista e de comparação, levando-se em conta desde questões políticas internas ao bloco, como, por exemplo, a adoção da Constituição da União Européia, até questões externas, como o fenômeno da globalização. Com efeito, o processo de regionalismo da integração europeia, enquanto uma resposta ao processo de globalização, tem atuado como uma mola propulsora de regimes democráticos naquela região.

Após Maastricht, a integração europeia sofreu uma “virada constitucional”, mormente devido a problemas de legitimidade e de coordenação. Novos desafios surgiram (alargamento, déficit democrático, direitos fundamentais), levando à necessidade de mais constitucionalismo no processo de integração. Tudo isso contribuiu para o surgimento de uma consciência constitucional, que ajuda a construir uma identidade política coletiva. Assim sendo, o processo de integração da União Européia tende a aprofundar-se com a adoção de uma Constituição escrita para o bloco europeu.

Com efeito, o atual estado do modelo de integração europeu precisa avançar em um processo de reforma institucional da União Européia no qual se preservem as conquistas democráticas dos Estados europeus. Nesse contexto, o modelo de integração regional europeu tende a deixar o viés econômico para concentrar-se em outros problemas que emergem do

aprofundamento do bloco, que, ao mesmo tempo em que procura preservar sua diversidade legítima, enfrenta escolhas difíceis, sendo que algumas das quais só poderão ser superadas pela adoção da Constituição europeia. De fato, a idéia de uma Constituição na União Européia deixou de estar ligada à concepção de integração e progresso tão-somente. O constitucionalismo está ligado ao alargamento, o qual deverá mudar a estrutura política do bloco.

A ligação entre o processo de integração da União Européia e a democracia está relacionada ao alargamento do bloco europeu, que tem levado, por sua vez, à promoção da democracia na região, uma vez que esta é vista como um requisito para os Estados postulantes. Assim sendo, o custo de exclusão tem sido maior do que o custo de integração na União Européia; ou seja, os Estados postulantes tendem a ajustar-se internamente para ingressar no bloco europeu, seja por meio de reformas sociais, políticas ou econômicas. Nesse contexto, a integração de países da Europa Central à União Européia pode ser vista como uma espécie de revolução interna desses Estados, uma vez que devem abandonar regimes autoritários que atrasam o alargamento do bloco europeu. Dessa forma, verifica-se a existência de um caráter meritocrático no processo de admissão à União Européia, baseado em reformas levadas a cabo pelos países postulantes, reformas estas que ajudam a difundir valores democráticos na região.

A democracia na União Européia, embora imperfeita, constitui um sucesso para uma instituição

* Diplomata e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. O presente artigo reflete apenas as opiniões pessoais do autor e não busca representar as posições oficiais do governo brasileiro (carlosribeirosantana@gmail.com).

que não é um Estado-Nação, haja vista ser compatível com seus membros. Com efeito, a democracia no bloco europeu vai além do paradigma estatal, uma vez que a União Européia não constitui um Estado e tampouco um super-Estado, como alguns querem crer. Convém ressaltar que, a despeito de a União Européia não ser uma federação de Estados como os Estados Unidos da América, nem uma mera organização de cooperação entre governos como as Nações Unidas, a congregação de soberanias em torno do bloco europeu faz lembrar, em alguns pontos, a organização de um Estado, principalmente no contexto da adoção de uma Constituição européia.

Nesse sentido, a Constituição européia pode representar um grande avanço, pois sua ratificação beneficiará o quadro de participação democrática na União Européia. Com efeito, a Constituição, em seu artigo 47, prevê o estabelecimento de uma ligação clara entre a sociedade civil e a governança

democrática no bloco europeu. O mesmo artigo obriga todas as instituições européias a serem mais transparentes e abertas ao processo de consultas. Como consequência da maior abertura no processo democrático, teremos maior visibilidade pública dos meios e dos objetivos políticos, maior conscientização e mobilização dos cidadãos e maior politização do processo de tomada de decisões na União Européia.

Por fim, é importante ressaltar que o atual debate constitucional só é útil na medida em que apresente modelos de governança capazes de resolver os novos desafios ao mesmo tempo em que acomode a diversidade nacional legítima, isto é, as diversas diferenças entre os países europeus, que, ao mesmo tempo, contribuem para a especificidade única de cada país, mas que também dificultam o aprofundamento do processo de integração, mormente no contexto do último alargamento da União Européia.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2006 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Saída Diplomática na Bolívia

Emerson Maione de Souza*

Foram muitas as reações no Brasil à nacionalização do gás na Bolívia. Com razão, o fato foi grave e a sociedade deve estar atenta à política externa de seu país. A mídia, os políticos, boa parte do meio acadêmico de relações internacionais e mesmo diplomatas aposentados criticaram a resposta brasileira, tachando-a de fraca e que não foi à altura do acontecimento. Colocou-se, entre outros pontos, que o Brasil não poderia aceitar tal ato vindo de um país mais fraco e que, por isso, deveria impor sua superioridade.

Para entendermos a resposta brasileira temos que analisar quais foram as razões que levaram a ela. A prioridade dada à América do Sul certamente deve figurar entre as respostas. Tal prioridade não advém de uma suposta afinidade ideológica da cúpula do governo, mas se encontra na diplomacia brasileira desde, pelo menos, Juscelino Kubitschek e a sua principal iniciativa diplomática, a Operação Pan-Americana. A prioridade ao entorno geográfico é facilmente entendida por todas as questões diretas que envolve.

Dado este objetivo, o Brasil visa a manter um diálogo franco e aberto com seus vizinhos. Isto exclui, obviamente, tratativas hostis para com estes. Assim, mesmo diante deste grave fato, a diplomacia brasileira buscou evitar os arroubos nacionalistas que inflamavam de todas as partes para buscar uma solução amistosa, negociada e que atenda a ambos, sem que com isso descuidasse dos interesses brasileiros. É nesse contexto que devemos situar o discurso diplomático brasileiro: não agir de maneira que pudesse piorar ainda mais a situação. Tanto que dias depois, em Viena, na Cúpula América Latina e Caribe-UE, após insinuar que a Petrobras agiria de

maneira ilegal na Bolívia e chegar até mesmo a levantar a questão do Acre, dizendo que o Brasil o havia trocado por um cavalo, o presidente boliviano recuou destas declarações. Para isso, colaborou a reação firme do chanceler brasileiro que chegou mesmo a cogitar a hipótese de retirar o embaixador brasileiro de La Paz. Mas, além da resposta mais dura, como demandava a situação, o chanceler, oportunamente, destacou que tal atitude não ajudava em nada a situação. Ou seja, mostrou, pelas vias diplomáticas adequadas, que a vontade negociadora brasileira tem um limite e que o preço a ser pago pelas boas relações bilaterais não pode exceder às boas expectativas de ambas as partes.

Com a mesma disposição negociadora e conciliatória, o chanceler visitou a Bolívia para negociar. E, dessa maneira, conseguiu negociar a retirada das tropas do exército das refinarias da Petrobras. A desnecessária utilização do exército boliviano foi uma das questões que mais tocou os brasileiros em todo o episódio. Após a visita do chanceler os canais negociadores estão abertos e desimpedidos.

A diplomacia brasileira agiu certo ao optar pela visão de longo prazo e não responder com vistas a resultados imediatistas e eleitorais. Ambos os países precisam conduzir suas relações bilaterais sob a égide do diálogo diplomático. No mínimo, os interesses assim o determinam, dado toda a pauta de assuntos que envolve os dois países. Desde um grande volume de exportação de soja da Bolívia para o Brasil, passando por problemas mútuos de imigrantes ilegais, combate ao narcotráfico, até uma reforma agrária que poderá atingir brasileiros na Bolívia. Tudo isto demonstra o quão prudente é não tomar atitudes

* Professor de Relações Internacionais do Centro Universitário Bennet (emersonmaione@terra.com.br).

apressadas que possam colocar abaixo anos e anos de esforços diplomáticos. Por isso, vejo a resposta brasileira como mais adequada do que costumam apontar.

Se houve um erro por parte do Brasil e da Petrobras esse foi a não renegociação dos contratos após a eleição de Evo Morales. Este era um ponto que certamente seria levado a cabo pela nova administração. Recentemente dois presidentes caíram na Bolívia por estas questões e o assunto era pauta de todos os candidatos às eleições presidenciais. A única saída para estabilizar o país socialmente era rever os contratos. Algo, aliás, já estabelecido na lei de 2005

que aumentou de 18 para 32% o imposto pago pelas empresas de hidrocarboneto estrangeiras. Nenhuma empresa apresentou a sua proposta de renegociação. Ter sentado à mesa de negociação no início do governo Morales, certamente teria sido uma boa opção. Pelo menos melhor ao que assistimos no dia primeiro de maio. Ao invés disto, preferiu-se sentar e esperar.

A atitude negociadora da diplomacia brasileira após a nacionalização do gás na Bolívia deve ser vista como expressão do discurso da prioridade dada à América do Sul e a visão de longo prazo que isto pressupõe. Em vista destas questões optou-se, a meu ver corretamente, por uma “saída diplomática”.



Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e adquira os livros publicados pelo IBRI

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br> .

O Julgamento de Saddam Hussein e o Futuro da Democracia Iraquiana

Seme Taleb Fares*

O julgamento do ex-presidente do Iraque Saddam Hussein por tribunal daquele país pode significar um grande e importante passo em direção à construção da democracia iraquiana. Saddam é acusado por mais de uma dezena de crimes contra a humanidade cometidos durante o seu regime, entre eles o assassinato de centenas de xiitas e curdos, estes últimos com a utilização, também, de armas químicas. A pena máxima prevista para o ex-ditador é o enforcamento.

O antigo líder supremo do Iraque, capturado em dezembro de 2003 pelas forças norte-americanas, vem insistindo na postura de alegar que o Tribunal Especial Iraquiano – montado pelos Estados Unidos, mas que se pretende independente – não é legítimo para julgá-lo, já que ele permaneceria como o presidente eleito do Iraque. O fato é que o regime do partido Baath, ao qual Saddam pertencia, já não existe mais. Contudo, persistem os problemas da superação dos traumas do antigo regime ditatorial e da construção de uma efetiva coalizão entre os diversos grupos que compõem o tecido social iraquiano. Nesse sentido, o desempenho e as conclusões do tribunal, que não julga só Saddam, como também os seus colaboradores, são fundamentais e podem indicar o grau de solidez da democracia que se pretende construir no pós-invasão por forças militares estrangeiras.

Saddam, nascido em abril de 1937 na região sunita de Trikit, ao norte de Bagdá, representa, em certa medida, o próprio modo de se fazer política no Iraque. Afinal, a história do país é reveladora no que diz respeito ao uso da violência como meio de resolver

disputas políticas. No geral, toda e qualquer mudança, ou tentativa de mudança, de governo no Iraque era acompanhada de enorme dose de violência e crueldade.

O país, em termos sociais, é dividido, principalmente, em três regiões dominadas cada uma por uma etnia ou grupo religioso. Ao norte e ao nordeste do país vive em sua maioria a população curda, que responde por 15% a 20% da população iraquiana. Ao sul estão os xiitas, que representam cerca de 60% do total de iraquianos. Na faixa central vivem os sunitas, que, até o fim do regime de Saddam, era a classe que governava de forma quase absoluta o país. Os curdos reivindicam a autonomia de sua região, incluindo a província rica em petróleo Kirkuk. Os xiitas, por sua vez, exigem maior participação no governo, o que poderão conquistar com a adoção plena de um regime democrático baseado em eleições periódicas, uma vez que, numericamente, são maioria.

As disputas de curdos e xiitas contra o governo central na época da ditadura de Saddam foram as principais responsáveis pelas matanças de civis pelo próprio governo iraquiano. A fim de se manter no poder, a máquina de repressão de Saddam utilizava de toda a sua força militar contra os revoltosos. Nas últimas décadas, os levantes contra o governo central foram inúmeros. Todos eles eram reprimidos com bastante violência e revanchismo. Em 1988, por exemplo, a cidade curda de Halabja foi bombardeada com armas químicas pelo governo central para oprimir uma revolta – ação planejada por Ali, o químico, general responsável pelo setor norte do país e que vem sendo julgado hoje pelo mesmo tribunal que

* Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (seme.fares@gmail.com).

Saddam. Resultado: cerca de cinco mil mortos, na sua maioria civis.

Como se vê, a história do Iraque está permeada de exemplos de solução de litígios políticos por meio de dois instrumentos: violência e revanche. O próprio Saddam, ainda jovem, em 1959, havia participado pessoalmente de uma tentativa de se substituir o então governo do general Abdel Karim Kassem da forma típica do seu meio político: o assassinato. A tentativa fora frustrada e Saddam foi obrigado a se refugiar no Egito.

Em 1963, foi efetivado o golpe contra o regime de Kassem, após centenas de mortos e feridos. Ficava patente, mais uma vez, que qualquer mudança política no Iraque parecia requerer grande quantidade de derramamento de sangue. Afinal, estima-se que entre mil e cinco mil partidários do antigo regime tenham sido mortos pelo partido Baath, recém chegado ao poder. Pouco tempo depois do golpe, iniciavam-se as lutas intra-partidárias, culminando, finalmente em 1968, em novo golpe. No entanto, dessa vez, para os padrões de violência do Iraque, o golpe foi tranqüilo, sem derramamento de sangue. Essa ação contou também com a participação de Saddam, que galgava postos mais proeminentes no interior do partido Baath.

A década de 1970, apesar de que em termos relativos foi de calma política interna, testemunhou diversas tentativas de golpes de estado, como o de 1973. Todas elas eram reprimidas com bastante violência. Para tanto, existia, paralelamente, uma extensa teia de espiões infiltrada no cotidiano social, contribuindo para a criação de uma atmosfera de terror estatal, com a institucionalização da tortura para obter confissões.

Para Saddam, apenas o ano de 1979 em diante irá significar o poder supremo formal de seu país. Contudo, mesmo antes dessa data, ainda no início da década de 70, Saddam já vinha fortalecendo seu poder político como vice do presidente Ahmad Al Bakr, que renunciaria alegando questões de saúde pessoal. Na realidade, Saddam já gozava do cargo de presidente

de fato antes mesmo de 1979, frente ao poder cada vez mais débil do presidente Bakr.

Por motivos de grande desconfiança política, mesmo no interior do próprio Estado, os membros-chave do governo que pertenciam ao partido foram paulatinamente sendo substituídos por parentes de Saddam. A família, portanto, seria o último reduto de confiança e segurança por parte de Saddam. A experiência impunha tal atitude: em 1979, por exemplo, movido por suspeitas de uma conspiração dentro do partido Baath contra o seu governo, Saddam determinara a execução dos eventuais traidores. O interessante, ou sinistro, é que esse ato havia sido precedido por uma reunião entre os membros do partido em que os nomes dos suspeitos eram chamados um a um, sendo eles levados a outro lugar pelos seguranças, sendo tudo filmado para posterior divulgação por todo o país para servir de alerta àqueles que cogitassem conspirar contra o governo. Isso não impediu, no entanto, que cerca de 25% dos iraquianos chegassem a ser filiados ao partido Baath. Outro evento que marcou a conturbada história política de Saddam e que demonstra sua capacidade de, ao mesmo tempo, julgar e executar, ao arrepio de qualquer ideal democrático, diz respeito ao assassinato, pelo próprio Saddam, de seu ministro da saúde, durante uma reunião de seu governo em 1982. Supõe-se que Saddam acreditava que o seu ministro havia se envolvido em um esquema de corrupção que acarretou a morte de dezenas de soldados iraquianos.

Até essa data, a figura de Saddam Hussein não recebia muitas críticas internacionais quanto à sua conduta no plano dos direitos humanos. Afinal, o Ocidente estava mais interessado em considerar o Iraque como país cliente, com vistas a enfraquecer a URSS e vender armas, do que com preocupações sobre direitos humanos dentro do país, optando por um Iraque estável, mesmo sob Saddam.

Com a invasão do Kuwait em 1990 pelas tropas iraquianas, a imagem de Saddam como a expressão do mal ganha corpo no Ocidente. Em 1991, logo após a Guerra do Golfo, acontecem novas rebeliões internas

contra o governo iraquiano que irão reforçar essa imagem do ex-ditador, assim como a recorrência à utilização da violência e do sentimento de revanche na seara política. Xiitas e curdos iraquianos, aproveitando-se da situação de fraqueza do governo central, revoltam-se contra o regime, chegando a controlar cerca de 60% do território do país. Sem a necessária ajuda externa, esse movimento foi reprimido em poucos dias, com a aniquilação de seus membros pelo exército. No fim, milhares de pessoas foram mortas.

A mais de uma década de embargo econômico imposto principalmente pelos Estados Unidos e a fase pré-invasão do Iraque iriam aprofundar essa tendência. Saddam se tornara o inimigo número um dos EUA, a própria institucionalização da monstruosidade, a causa de todas as mazelas iraquianas e uma ameaça ao mundo que deveria ser estirpada.

A invasão de 2003, como se sabe, teve como um dos principais pretextos para a sua realização levar a democracia ao Iraque. Como em toda mudança de regime na história recente do país, houve, e ainda há, muito derramamento de sangue, mortes de civis e exacerbação dos sentimentos de vingança entre os

diferentes grupos iraquianos. Não obstante, essa tradição pode ser mudada com o estabelecimento de um regime democrático real.

Nisso, o tribunal de julgamento de Saddam pode ser um dos primeiros passos nessa direção. Afinal, a própria instituição de um tribunal já indica que o instrumento da violência para acertar as contas com o antigo regime deposto não será utilizado, pelo menos não contra o seu líder máximo. Ainda que seja condenado à morte – o que é uma violência em qualquer circunstância –, Saddam terá direito a uma ampla defesa, sendo essa pena, ademais, tipificada em lei. A democracia, aí, estará assegurada, de qualquer modo, diversamente das experiências históricas anteriores. O perigo está no surgimento do sentimento de revanche no seu julgamento, em que se estará condenando um indivíduo simplesmente pelo motivo de pertencer ao grupo de sunitas, ou então de ser julgado por um xiita, ou mesmo por ter cometido crimes contra curdos. Nesse caso, a lição que o tribunal dará à sociedade iraquiana poderá ou não indicar um pacto social entre esses vários grupos, o que é imprescindível para a construção da democracia iraquiana.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para meridiano47@gmail.com indicando na linha *Assunto* “Contribuição para Meridiano 47”.

Espanha: pausa para negociar a paz?

Virgílio Arraes*

Desde o atentado de setembro de 2001 aos Estados Unidos, governos conservadores do Ocidente aproveitam-se do evento com o objetivo de reforçar suas ações contra grupos políticos dissidentes em seus territórios. Em decorrência da insegurança permeada entre a população norte-atlântica, especialmente de países cujas tropas servem no Iraque ou Afeganistão, medidas de força legitimam-se, à medida que a oposição ao terrorismo englobe tanto adversários externos como internos.

Na Europa, dois dos casos mais simbólicos relacionam-se à Espanha e Grã-Bretanha com vistas, respectivamente, ao ETA (Euskadi Ta Askatasuna, ou seja, Pátria Basca e Liberdade) e IRA (Irish Republican Army ou Exército Republicano Irlandês). Ambos aspiram à independência e, por conseguinte, à constituição de um novo país ou à integração a outro – no caso, a Irlanda. Todavia, com o fim da Guerra Fria, assiste-se paradoxalmente à emergência de novos Estados na Europa Oriental, ávidos de ingressar na União Européia, enquanto, na parte Ocidental, diminuem-se as possibilidades de novos países. No caso basco, uma possível resposta seria a autonomia considerável obtida após o fim da ditadura de Francisco Franco. No entanto, acresça-se que a repressão a movimentos independentistas fortaleceu-se com a presença do Partido Popular no poder.

Em março último, o ETA havia anunciado seu cessar-fogo, aparentemente de modo definitivo e de caráter binacional, ainda que sem a deposição de armas – em 1998, a interrupção das atividades militares duraria apenas dois anos, porém, desde maio de 2003, não há mais assassinios.

Durante a gestão Aznar, ele mesmo neto paterno de um nacionalista basco convertido ao

franquismo, inúmeros etarras seriam presos e apresentar-se-ia ao eleitorado o enfraquecimento da organização, classificada como um dos 42 agrupamentos terroristas, de acordo com a legislação dos Estados Unidos, e um dos 46 na visão da União Européia, a qual em junho de 2004 incluiria o partido Herri Batasuna (Unidade do Povo) como parte dela.

Um dos pontos mais simbólicos do conservadorismo do período Aznar foi a condecoração póstuma, por meio da medalha de ouro do Mérito Civil, a Melitón Manzanás, ele mesmo basco, delegado de polícia e chefe da Brigada de Investigação Social (polícia secreta) em Donostia/San Sebastian, capital de Guipúscoa. Em agosto de 1968, Manzanás seria o primeiro nome importante a tombar pela ação do ETA. Em um comunicado à televisão belga, o grupo justificaria sua morte por ele ter-se envolvido diretamente com torturas a opositores – independentistas, sindicalistas, comunistas e socialistas – do regime de Franco.

Recorde-se que Manzanás havia recebido inúmeras distinções durante a ditadura espanhola, dentre elas a Cruz do Mérito Policial em 1964, pela eficácia investigativa, fruto dos métodos ‘heterodoxos’ empregados por sua equipe junto aos detidos. Uma de suas vítimas teria sido o escritor hispano-marroquino Luís Martín-Santos, autor de **Tiempo de Silencio**.

Durante seu mandato, Aznar visitaria os Estados Unidos mais de uma dezena de vezes e apoiaria a iniciativa da II Guerra do Golfo, em março de 2003 – no mesmo dia daquele mês em que Bush lançou seu ultimato à família de Saddam Hussein para deixar o Iraque em 48 horas, a instância judiciária máxima do país proscreeu o Batasuna, por não condenar explicitamente o terrorismo, conforme estabelecido por uma lei de junho de 2002, resultante

do consenso entre o Partido Popular e o Partido Socialista Operário Espanhol. Na época, o partido basco, embora tivesse sido o segundo partido mais votado na eleição anterior, agregava apenas 10% do corpo parlamentar da região.

Destarte, o Executivo norte-americano incluiria o país como parte da 'Nova Europa', grupo composto de oito países, em franca oposição aos desígnios da 'Velha', constituída por França e Alemanha, partidárias da ênfase da utilização da diplomacia com o Iraque.

Entretanto, o governo se debilitaria perante a opinião pública ao acusar o ETA de efetivar o ataque a trens em Madri na semana antecedente à eleição em março de 2004, que ocasionaria a morte de quase 200 pessoas, além de milhares de feridos. Dois dias depois, as investigações apontariam o envolvimento de radicais islâmicos como retaliação à presença espanhola na Guerra do Golfo.

Como conseqüência da manipulação, o Partido Popular, de Aznar, apontado favorito antes do pleito, seria derrotado pelo Partido Socialista Operário Espanhol, capitaneado por José Luis Rodríguez

Zapatero, beneficiário involuntário da temerária manobra política. De certo modo, a ação maniqueísta do governo José María Aznar refletiria, em menor escala, a do governo norte-americano em relação à atuação no Oriente Médio, cujo fracasso é inegável.

Não obstante a malograda tentativa de manejo da opinião pública, o Partido Popular resiste à expiação, de forma que não apóia a iniciativa de Zapatero de reunir-se com os principais líderes bascos publicamente, mediante autorização do Congresso, a fim de se chegar a um consenso acerca da situação política da região.

A justificativa ampara-se na visão de que não há legitimidade para negociar com renegados, partidários do terrorismo, contestadores da ordem ou da legislação vigente. Com tal postura no Oriente Médio, os neoconservadores dos Estados Unidos reiteram a belicosidade nas relações sociais, sem conseqüentemente vislumbrar paz no curto prazo. Resta aos seus equivalentes na Espanha, agora liderados por Mariano Rajoy, o difícil encargo de comprovar que há viabilidade com tal posicionamento.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Editor-assistente: Rogério de Souza Farias

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho,

Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Tânia Pechir Manzur.

Projeto Gráfico: Samuel Tabosa de Castro – samuel.tabosa@gmail.com